

Assinale a alternativa que preserva a relação entre as ideias expressas na frase a seguir.

O INQUÉRITO JÁ FOI INSTAURADO, MAS A VÍTIMA AINDA NÃO DEPÔS.

- A) O inquérito foi instaurado antes de a vítima depor.
- B) O inquérito já foi instaurado, embora a vítima ainda não tenha deposto.
- ~~C) A vítima ainda não depôs, pois o inquérito já foi instaurado.~~
- D) Como o inquérito já foi instaurado, a vítima ainda não depôs.
- E) Se o inquérito já foi instaurado, a vítima ainda não depôs.

Leia o texto a seguir.

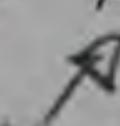
FORMAS DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL E SUAS PECULIARIDADES

POR THIAGO M. MINAGÉ

Grande parte populacional erroneamente afirma que irá à Delegacia “prestar queixa”. Nada mais errada essa afirmação, pois, na verdade, o que se estará efetuando quando uma pessoa se dirige à DP, para informar a ocorrência de uma infração, é uma notitia criminis ou delatio criminis. Aquela se dá quando a própria vítima – ou na sua impossibilidade, seu representante legal (cônjuge, ascendente, descendente e irmão) – apresenta à autoridade policial o cometimento de uma Infração Penal e, esta, quando qualquer um do povo alheio ao ocorrido informa à autoridade policial a existência também de uma infração penal.

Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/formas-de-instauracao-do-inquerito-policial-e-suas-peculiaridades-por-thiago-m-minage/>. Acesso em: 16 jul. 2017.

De acordo com o texto,

- A) a *delatio criminis* ocorre quando qualquer pessoa alheia ao ocorrido informa à autoridade policial a existência de uma infração. 
- B) é vedado à população dirigir-se a uma delegacia para prestar uma queixa. 
- C) as expressões “prestar queixa” e “*notitia criminis*” são equivalentes no âmbito do vocabulário jurídico. 

- D) *notitia criminis* e *delatio criminis* são expressões sinônimas.
- E) a *notitia criminis* ocorre quando qualquer pessoa alheia ao ocorrido informa à autoridade policial a existência de uma infração. 

Observe o seguinte texto.

INIMPUTABILIDADE

Inimputabilidade penal é a incapacidade que tem o agente em responder por sua conduta delituosa, ou seja, o sujeito não é capaz de entender que o fato é ilícito e de agir conforme esse entendimento.

Sendo assim, a inimputabilidade é causa de exclusão da culpabilidade, isto é, mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **eis que** não há elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta, não ocorrendo, portanto, a imposição de pena ao infrator.

Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1033/Inimputabilidade>.

Acesso em: 16 jul. 2017.

A expressão **eis que**, do modo como está empregada no texto, é considerada incorreta pela norma gramatical da língua portuguesa. Assinale a alternativa que contém a palavra ou a expressão que a substitui corretamente.

- A) [...] mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **ainda que** não haja elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta [...].
- B) [...] mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **a fim de que** não há elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta [...].
- C) [...] mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **pois** não há elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta [...].
- D) [...] mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **embora** não haja elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta [...].
- E) [...] mesmo sendo o fato típico e antijurídico, não é culpável, **entretanto** não há elemento que comprove a capacidade psíquica do agente para compreender a reprovabilidade de sua conduta [...].

Observe o trecho a seguir.

Percebendo-se que a atuação da segurança pública deve ser norteada pelos princípios atinentes aos Direitos Humanos, justamente, porque a atuação referida atinge os seres humanos, conclui-se, sem gris algum, que há patente relação entre segurança pública e Direitos Humanos.

Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/seguranca-publica/seguranca_publica_e_dh_roger_spode_brutti.pdf. Acesso em: 22

jul. 2017. (Adaptado).

A expressão “sem gris algum” significa

- A) sem nenhuma dúvida.
- B) sem nenhuma ideia.
- C) sem nenhum reconhecimento.
- D) sem nenhum argumento.
- E) sem nenhuma razão de ser.



Assinale a alternativa na qual a ideia expressa no trecho a seguir está adequadamente preservada.

Ainda que não haja um consenso, é preciso reforçar o debate sobre direitos humanos, seja por meio de campanhas públicas, seja por meio de aulas sobre o assunto em escolas [...].

Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-abr-06/73-cariocas-direitos-humanos-atrapalham-combate-crime>. Acesso em: 19 jul. 2017. (Adaptado).

- A) Como não há um consenso, é preciso reforçar o debate sobre direitos humanos por meio de campanhas públicas ou de aulas sobre o assunto em escolas. *E*
- B* B) É preciso reforçar o debate sobre direitos humanos por meio de campanhas públicas ou de aulas sobre o assunto em escolas, embora não haja um consenso.
- C) Além de não haver um consenso, é preciso reforçar o debate sobre direitos humanos, seja por meio de campanhas públicas, seja por meio de aulas sobre o assunto em escolas. *✓*
- D) Não há um consenso; por isso, é preciso reforçar o debate sobre direitos humanos tanto por meio de campanhas públicas quanto por meio de aulas sobre o assunto em escolas. *✓*
- A* E) É preciso reforçar o debate sobre direitos humanos por meio de campanhas públicas ou de aulas sobre o assunto em escolas, a fim de que haja um consenso.

Leia o texto a seguir.

OPERADORAS PODERÃO SER OBRIGADAS A RASTREAR CELULARES A PEDIDO DA POLÍCIA.

Um substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em Brasília está tramitando pelo Congresso e deve criar regras para que operadoras de celular sejam obrigadas a rastrear aparelhos de usuários em risco. Isso só poderá ser feito, entretanto, a pedido de um delegado de polícia em casos de risco de vida, de restrição de liberdade e de desaparecimento.

O projeto vem caminhado por comissões da Câmara e agora segue para a de Constituição e Justiça, a qual deve dar um parecer final antes da votação em plenária. Caso aprovada, a lei prevê que as operadoras forneçam a localização por meio de triangulação ou de Cell ID em até duas horas para dar andamento às investigações.

Contudo, as secretarias de segurança de cada unidade da federação é que terão que se equipar para conseguir rastrear os dispositivos e, ao que parece, as operadoras entrarão apenas com o fornecimento de dados. Outra opção era fazer com que as próprias teles fizessem o rastreamento, mas, nesse caso, seria necessário recompensar financeiramente essas empresas por cada [sic] pedido de rastreamento.

É interessante comentar que a localização de usuários por meio da rede celular pode ser determinada de maneira relativamente precisa e funciona da mesma forma para smartphones e celulares simples. Para tal, existem dois métodos: os já mencionados "triangulação" e "Cell ID".

O primeiro é o mais interessante e consegue uma precisão de algumas dezenas de metros, pois usa a posição de três torres de celular e mede a intensidade do sinal de determinado telefone em cada uma delas. Assim, é possível aproximar uma região onde o usuário poderia se encontrar. O Cell ID, por sua vez, é mais simples e bem menos preciso. Ele diz apenas em qual torre o aparelho está conectado e mostra uma área grande na qual a pessoa pode estar inserida. A precisão pula então para várias centenas de metros.

MULLER, Leonardo. Operadoras poderão ser obrigadas a rastrear celulares a pedido da polícia. Em Ciência, 19 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/br/ ciencia/719510-operadoras-obrigadas-rastrear-celulares-pedido-policia.htm>.

Acesso em: 19 jul. 2017

Com base nas informações do texto e nas relações existentes entre as partes que o compõem, assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com as informações do primeiro e do segundo parágrafos, as operadoras terão o direito de rastrear aparelhos de usuários por medida de segurança. ~~É~~
- B) Mesmo com métodos desenvolvidos para rastreamento, a localização de um aparelho não é absolutamente precisa.
- C) O terceiro parágrafo deixa claro que a responsabilidade de rastrear aparelhos é de responsabilidade das secretarias de segurança de cada unidade da federação.
- D) De acordo com o texto, enquanto a lei não for aprovada a polícia não poderá rastrear aparelhos de usuários em risco, mesmo que seja por medida de segurança. ~~É~~
- E) De acordo com as informações do quinto parágrafo, a diferença dos dois métodos encontra-se nos resultados do rastreamento. ~~É~~

Observe o seguinte período.

Outra opção era fazer com que as próprias teles fizessem o rastreamento, mas, nesse caso, seria necessário recompensar financeiramente essas empresas por cada [sic] pedido de rastreamento.

MULLER, Leonardo. Operadoras poderão ser obrigadas a rastrear celulares a pedido da polícia. Em *Ciência*, 19 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/ciencia/119510-operadoras-obrigadas-rastrear-celulares-pedido-policia.html>.

Acesso em: 19 jul. 2017.

No que se refere às regras prescritas pela norma-padrão a respeito do emprego dos sinais de pontuação, assinale a alternativa correta relativa a esse período.

- A) O conectivo **mas** está entre vírgulas para indicar uma pausa maior que a convencional.
- B) O uso de três vírgulas nesse período é desnecessário, pois não há obrigatoriedade sintática para isso.
- C) A única vírgula de uso obrigatório no período é a que está posposta ao conectivo **mas**.
- D) A vírgula que antecede o conectivo **mas** é facultativa. Nesse caso, pode-se retirá-la sem prejuízo para organização textual do período.
- E) A expressão **nesse caso** está deslocada, o que justifica estar entre vírgulas.



Leia o seguinte texto.

POR QUE UMA CAMPANHA SOBRE MENINAS?

Nossa experiência, acumulada desde 1937, nos mostra que ninguém sofre mais com as consequências da pobreza do que as meninas. Elas são as mais vulneráveis e excluídas.

Meninas pobres têm menos chances de um futuro digno, abandonam o estudo para se dedicarem a tarefas domésticas ou trabalhar, são forçadas a se casarem, muitas vezes quando ainda são crianças, têm risco de gravidez precoce e, ainda, são as principais vítimas de abusos e violência sexual.

Meninas têm o direito de viver em segurança, de permanecer na escola, de não serem forçadas a trabalhar, de escolherem com quem se casar e de serem ouvidas em suas famílias e comunidades. Devem ter os mesmos direitos dos meninos.

Texto de Campanha da Plan International: Ajude milhares de meninas a ter a chance de um futuro digno. Disponível em: http://doeplan.org.br/orsermenina/?gclid=Cj0KCCQjwhrzLBRC3ARIsAPmhsnXjHDCUNbvZhbT7MTM7Y3sillDi0EuDmfjFL1JeJM91YMiMPX_GeZEaAocNEALw_wcB. Acesso em: 19 jul. 2017. (Adaptado).

Em conformidade com a mensagem e as construções linguísticas do texto, é correto afirmar que

- A) o texto pertence a um material de campanha contra as meninas, sobretudo as meninas pobres. ϵ
- B) o segundo parágrafo reúne argumentos que reforçam o ponto de vista expresso no primeiro parágrafo. ϵ
- C) a expressão **meninas pobres** equivale semanticamente à expressão **pobres meninas**. ϵ
- D) o objetivo da campanha é destacar os direitos das meninas em detrimento dos direitos dos meninos.
- E) no último parágrafo fica explícita a obrigação das meninas a respeito de sua própria qualidade de vida. ϵ

- D) *notitia criminis* e *delatio criminis* são expressões sinônimas.
- E) a *notitia criminis* ocorre quando qualquer pessoa alheia ao ocorrido informa à autoridade policial a existência de uma infração. 

Observe o seguinte período.

Meninas têm o direito de viver em segurança, de permanecer na escola, de não serem forçadas a trabalhar, de escolherem com quem se casar e de serem ouvidas em suas famílias e comunidades.

Texto de Campanha da Plan International: Ajude milhares de meninas a ter a chance de um futuro digno. Disponível em: http://doeplan.org.br/porsermenina/?gclid=Cj0KCCQjwhrzLBRC3ARIsAPmhsnXjHDCUNbvZhbT7MTM7Y3sillDi0EuDmfjFL1JejM91YMiMPX_GeZEaAocNEALw_wcB. Acesso em: 19 jul. 2017.

(Adaptado).

Acerca das questões sintáticas que envolvem esse período, é correto afirmar que

- A) a expressão “em suas famílias e comunidades” corresponde sintaticamente a complemento nominal.
- B) a forma verbal “têm” encontra-se na terceira pessoa do plural para concordar com os termos que ocorrem pospostos a ela no período. *E*
- C) o termo “de viver em segurança” corresponde sintaticamente a um objeto indireto do verbo da oração principal.
- D) os termos introduzidos pelo vocábulo “de” desempenham o mesmo papel sintático.
- E) o período apresenta verbos nas vozes ativa, reflexiva e passiva.

Leia o texto a seguir.

EM RORAIMA, MAIS DA METADE DAS INVESTIGAÇÕES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRESCREVEM SEM ALGUÉM SER ACUSADO.

Se Roraima fosse um país, seria o campeão absoluto de assassinato de mulheres, com 11,4 mortes para cada 100.000 habitantes em 2015, tendo aumentado 139% desde 2010. Para fins comparativos: o país mais violento do mundo para mulheres, El Salvador, tem índice 8,9 e a média do Brasil é 4,8, também uma das mais altas do mundo. Em Roraima, todas as etapas do enfrentamento à violência doméstica são falhas, segundo o relatório "Um dia vou te matar – Impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima" divulgado nesta quarta-feira pela ONG *Human Rights Watch* (HRW), que expõe abusos e violações de direitos humanos em todo o mundo.

O relatório analisou 31 casos de violência doméstica no estado e entrevistou mulheres agredidas, policiais, aplicadores da Justiça e outros especialistas, além de se debruçar sobre inquéritos e peças processuais. Todas as mulheres sofreram violência psicológica, independentemente de sua classe, idade ou cor, e a maior parte delas já havia suportado muitos episódios de violência até reportarem à Justiça.

O resultado da análise foi alarmante: dos 8.400 boletins de ocorrência acumulados na capital Boa Vista, nenhuma investigação foi conduzida, como informou a delegada titular da única Delegacia da Mulher do estado. Há outros 5.000 casos com inquérito instaurado, mas mais da metade deles são

do ano de 2013 ou antes e 482 são ocorrências entre os anos 2007 e 2010. Os casos arrastam-se por anos sem conclusão, e mais da metade das investigações de violência doméstica são arquivadas por prescreverem antes de alguém ser formalmente acusado.

Isso acontece por falhas em todas as etapas: as mulheres que registram um boletim de ocorrência contra o agressor (e vale lembrar que isso nem de longe representa todas as mulheres violentadas) sofrem constrangimentos e um péssimo atendimento por parte dos agentes de polícia. Mesmo as equipes especializadas recebem treinamento de apenas 1 dia para lidar com casos de violência. Eles cometem erros crassos nos boletins, não anotando dados fundamentais sobre a violência e seu histórico, recusam-se a registrar queixas e não raro tentam reconciliar vítima e agressor.

Fora isso, muitas vezes os depoimentos devem ser repetidos várias vezes e em ambientes não confidenciais, o que gera constrangimento e trauma a mulheres já fragilizadas pela violência. O relatório denuncia também que as Delegacias comuns, embora autorizadas por lei a lidar com casos de violência doméstica, frequentemente se recusam e mandam a vítima se dirigir à Delegacia especializada – mesmo que ela esteja fechada.

Mas a situação seria um pouco menos trágica se os problemas se encerrassem nos boletins de ocorrência. A concessão de medidas protetivas também é falha, e as mulheres carecem de acompanhamento.

SOARES, Nana. Em Roraima, mais da metade das investigações de violência doméstica prescrevem sem alguém ser acusado, 21/06/2017. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/ser-acusado/>. Acesso em: 19 jul. 2017. (Adaptado).

Considerando a relação existente entre a mensagem do texto e o modo como ele está organizado, é correto afirmar que a autora

- A) assume que a impunidade daqueles que agredem mulheres no estado de Roraima decorre da falta de leis específicas e da lentidão dos processos que podem resultar na prisão dos criminosos.
- B) expõe explicitamente sua indignação contra a realidade de violência vivenciada pelas mulheres do estado de Roraima, mesmo sabendo que isso pode gerar mais violência e mais impunidade.
- C) critica a inexistência de mecanismos legais para impedir que mulheres sejam constantemente agredidas e assassinadas em Roraima, o estado campeão absoluto em assassinatos de mulheres no Brasil.



D) compara o estado de Roraima com El Salvador, em termos de dimensão territorial, para demonstrar que nos menores lugares a intensidade da violência contra mulher é cada vez mais acentuada.

E) com base em um relatório divulgado por uma ONG apresenta a realidade do estado de Roraima acerca da violência doméstica contra mulheres e as falhas do sistema criado para protegê-las e punir os seus algozes.

Com base na norma-padrão e nos elementos de coesão utilizados nos trechos a seguir, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- A) No período, "**Isso** acontece por falhas em todas as etapas: as mulheres que registram um boletim de ocorrência contra o agressor (e vale lembrar que isso nem de longe representa todas as mulheres violentadas) sofrem constrangimentos e um péssimo atendimento por parte dos agentes de polícia", o vocábulo em destaque refere-se ao que será expresso após os dois-pontos.
- B) No período "Fora isso, muitas vezes os depoimentos devem ser repetidos várias vezes e em ambientes não confidenciais, o que gera constrangimento e trauma a mulheres já fragilizadas pela violência", o pronome em destaque retoma a ideia expressa na oração anterior.
- C) No período "Em Roraima, todas as etapas do enfrentamento à violência doméstica são falhas, segundo o relatório 'Um dia vou te matar – Impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima' divulgado nesta quarta-feira pela ONG *Human Rights Watch* (HRW), **que** expõe abusos e violações de direitos humanos em todo o mundo", o pronome destacado retoma a expressão "o relatório".
- D) No período "Mas a situação seria um pouco menos trágica **se** os problemas **se** encerrassem nos boletins de ocorrência", os vocábulos em destaque desempenham o mesmo papel na construção de sentido.
- E) No período "O relatório analisou 31 casos de violência doméstica no estado e entrevistou mulheres agredidas, policiais, aplicadores da Justiça e outros especialistas, **além de** se debruçar sobre inquéritos e peças processuais", a

expressão em destaque indica, de forma enfática, o acréscimo de mais uma informação, podendo ser substituída por **inclusive** sem necessidade de qualquer alteração e sem prejuízo sintático-semântico.

Considere o seguinte fragmento.

Há outros 5.000 casos com inquérito instaurado, mas mais da metade deles são do ano de 2013 ou antes e 482 são ocorrências entre os anos 2007 e 2010. Os casos arrastam-se por anos sem conclusão, e mais da metade das investigações de violência doméstica são arquivadas por prescreverem antes de alguém ser formalmente acusado.

SOARES, Nana. *Em Roraima, mais da metade das investigações de violência doméstica prescrevem sem alguém ser acusado*, 21/06/2017. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-roraima-mais-da-metade-das-investigacoes-de-violencia-domestica-prescrevem-sem-alguem-ser-acusado/>. Acesso em: 19 jul. 2017. (Adaptado).

Considerando as regras prescritas pela norma-padrão da língua portuguesa acerca da concordância dos verbos e dos nomes e as questões sintáticas referentes ao fragmento, assinale a alternativa correta.

- A) A redação "Há outros 5.000 casos com inquérito instaurado" pode ser substituída por "Existe outros 5.000 casos com inquérito instaurado". *✓*
- B) Caso a palavra em destaque no período "e mais da metade das investigações de violência doméstica são arquivadas por prescreverem antes de **alguém** ser formalmente acusado" fosse substituída por **pessoas**, o período manter-se-ia sem problemas de concordância. *✓*
- C) Caso o autor substituísse a voz passiva sintética pela voz passiva analítica, o período "Os casos arrastam-se por anos sem conclusão" seria "Sem conclusão, é arrastado por anos os casos". *✓*
- D) O autor, se julgasse necessário, poderia substituir o trecho "mas mais da metade deles são do ano de 2013 ou antes e 482 são ocorrências entre os anos 2007 e 2010" pela seguinte redação: "mas mais da metade deles é do ano de 2013 ou antes e 482 são ocorrências entre os anos 2007 e 2010". *✓*
- E) Caso o verbo haver do período "Há outros 5.000 casos com inquérito instaurado" estivesse no pretérito imperfeito, teríamos a seguinte redação: "Haviam outros 5.000 casos com inquérito instaurado". *?*

Leia o texto *Cronistas e Colunistas* de Carlos Heitor Cony.

RIO DE JANEIRO - Leitores perguntam por que me considero "cronista" - e não "colunista" - dos jornais e revistas que me aturam há alguns anos de atividade profissional.

Os manuais de Redação adotados em quase todos os veículos impressos consideram como "colunas" qualquer texto assinado, opinativo e periódico, apesar de aceitarem a distinção entre "colunista" e "articulista". Este é um convidado ou colaborador que oferece seu trabalho para publicação.

Independente da qualidade dos textos, a crônica é um gênero literário, seu espaço natural é o jornal, o livro, o rádio e até a televisão. João Saldanha, que era multimídia, sempre fazia crônica, mesmo quando escrevia para jornais. No mesmo caso estão Nelson Rodrigues, Janio de Freitas, Ruy Castro, José Simão e muitos outros.

Colunistas foram, no passado, Ibrahim Sued, Zózimo, Tavares de Miranda e outros que assinavam colunas fixas sobre pautas determinadas pelo editorial de cada veículo.

Há colunistas que cobrem política, polícia, sociedade, esportes, culinária, economia, teatro, cinema, música, artes plásticas etc. São opinativos e/ou informativos. Noticiam ou comentam fatos ou quase fatos, inclusive fofocas. Trabalham com equipes buscando as necessárias fontes. Editam o material recolhido pela equipe ou recebido diretamente de interessados.

O colunista de televisão não emitirá opinião ou informação sobre a crise do euro ou a demarcação de terras indígenas.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/53642-cronistas-e-colunistas.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2017. (Adaptado)

Em cada uma das alternativas a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita para alguns períodos do texto. Assinale a alternativa que apresenta a proposta que mantém o sentido original e a correção gramatical do texto.

- Mulher*
- (A) Os manuais de Redação, adotados em quase todos os veículos impressos, consideram como "colunas" qualquer texto assinado, opinativo e periódico, ainda que aceitem a dissemelhança entre "colunista" e "articulista". O articulista é um convidado ou colaborador que oferece seu trabalho para publicação. *E*

- B) Não obstante, a qualidade dos textos, a crônica é um gênero literário, seu espaço natural, é o jornal, o livro, o rádio e até a televisão. João Saldanha, o qual era multimídia, sempre fazia crônica, mesmo quando, escrevia para jornais. No mesmo caso estão Nelson Rodrigues, Janio de Freitas, Ruy Castro, José Simão e muitos outros.
- C) Colunistas, foram no passado Ibrahim Sued, Zózimo, Tavares de Miranda, e outros que assinavam colunas fixas, sobre assuntos determinadas pelo editorial de cada veículo. ξ
- D) Há colunistas, que cobrem política, polícia, sociedade, esportes, culinária, economia, teatro, cinema, música, artes plásticas etc. São discutíveis e/ou instrutivos. Noticiam ou comentam fatos ou quase fatos, inclusive fofocas. Trabalham com equipes buscando as necessárias fontes. Editam, o material recolhido pela equipe, discutíveis ou recebido diretamente de interessados. η
- E) O colunista, de televisão, não emitirá opinião ou informação sobre a crise do euro ou a determinação de terras indígenas. ζ

Leia o texto a seguir.

É O FIM DO LIVRO? RIR PARA NÃO CHORAR.

A. P. QUARTIM DE MORAES

O desenvolvimento da tecnologia digital e da internet são uma ameaça ao livro? Essa questão seria fascinante se não fosse falsa. O que é, afinal, que estaria com os dias contados? O objeto livro, o livro impresso em papel, na forma que o conhecemos há mais de meio milênio?

Em *Não Contem com o Fim do Livro* (Record, 2010, tradução de André Telles), dois famosos bibliófilos e colecionadores de obras raras, o semiólogo e escritor italiano Umberto Eco e o roteirista de cinema e escritor francês Jean-Claude Charrière, colocam inteligência, erudição e bom humor a serviço do esclarecimento dessa momentosa questão, mediados pelo jornalista e ensaísta francês Jean-Philippe de Tonnac.

Afirma Eco (página 16): "Das duas uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram

sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor do que uma colher".

Ou seja, apesar de sua imagem idealizada - às vezes, sacralizada - de fonte de lazer, informação, conhecimento, fruição intelectual, o livro, enquanto objeto, é apenas "o suporte da leitura", o meio pelo qual o escritor chega ao leitor. E assim permanecerá até que "alguma coisa similar" o substitua. Saber quanto tempo essa transição levará para se consumar é mero e certamente inútil exercício de futurologia. Até porque provavelmente não ocorrerá exatamente uma transição, mas apenas a acomodação de uma nova mídia no amplo universo da comunicação. Tem sido assim ao longo da História.

Tranquilizem-se, portanto, os amantes do livro impresso. Tal como "a colher, o martelo, a roda ou a tesoura", ele veio para ficar, pelo menos até onde a vista alcança. E não se desesperem os novidadeiros amantes de gadgets. Estes continuarão sendo inventados e aprimorados por força da voracidade do business globalizado. E é possível até mesmo que algum deles venha a se tornar definitivo e entrar no time do livro, da colher, da roda ...

O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,e-o-fim-do-livro-rir-para-nao-chorar,581890>. Acesso em: 27 ago. 2017. (Adaptado).

(Adaptado).
Pelo seu tema e desenvolvimento argumentativo, o objetivo do texto é

- A) Promover o livro "Não Contem com o Fim do Livro" dos ensaístas André Telles e Jean-Philippe de Tonnac.
- B) Esclarecer por meio de dois amantes de livros sobre o fim ou não do livro.
- C) Denunciar a substituição, ainda que gradual, do livro impresso pela mídia digital que, a cada dia, se torna mais popular.
- D) Estabelecer que, apesar de seu aprimoramento de alterações da sua função, a sintaxe de uma língua escrita num livro digital é a mesma de uma outra mídia há mais de quinhentos anos.
- E) Defender que a mídia digital desviou-se de sua verdadeira natureza, assumindo, coagida pelas desfavoráveis condições de mercado e pelos equívocos dos administradores distanciados, o papel do livro impresso.



QUESTÃO 15

Leia os excertos a seguir.

[...] A **sub base** é um ponto avançado para atuação da Força-Tarefa, que tem sua base principal no município de Curvelo. Além das salas de administração e pessoal, ela possui alojamento para 36 pessoas e auditório para 45 [...]

Disponível em: <http://www.defmg.gov.br/noticias/1/1153-inauguracao-de-sub-base-ampla-eficiencia-no-combate-a-incendios-florestais-em-minas>. Acesso em: 28 ago 2017. (Adaptado)

[...] Sem desconsiderar a alegação essencial de que o elemento probatório da incriminação do autor foi forjado pelo delegado **extra-ordinário**, a verdade é que não há uma prova cabal, certa e inquestionável de que esta autoridade realmente misturou o projétil [...]

Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/53558955/stj-25-04-2013-pg-1601?ref=next_button. Acesso em: 28 ago. 2017 (Adaptado)

[...] Indícios de ausência de homologação de partilha **coerdeiro** que pode pleitear em nome próprio para defender [...]

Disponível em: gao.glf9GfbbN. Acesso em: 27. Ago. 2017. (Adaptado)

[...] **Assembléia** Legislativa de São Paulo (ALESP) prepara a contratação inédita de uma agência para **re-escrever** sua publicidade. Serão 35 milhões por ano para divulgar a Casa na mídia.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1898211-assembleia-quer-gastar-r-35-mi-em-campanha.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2017. (Adaptado)

Assinale a alternativa em que a grafia das palavras destacadas nos excertos se apresentam atualizadas, segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que passou a ser obrigatório em janeiro de 2016.

- A) Sub base. ↙
- B) Coerdeiro. ↙
- C) Assembléia. ?
- D) Extra-ordinário. ↘
- E) Re-escrever. ↘

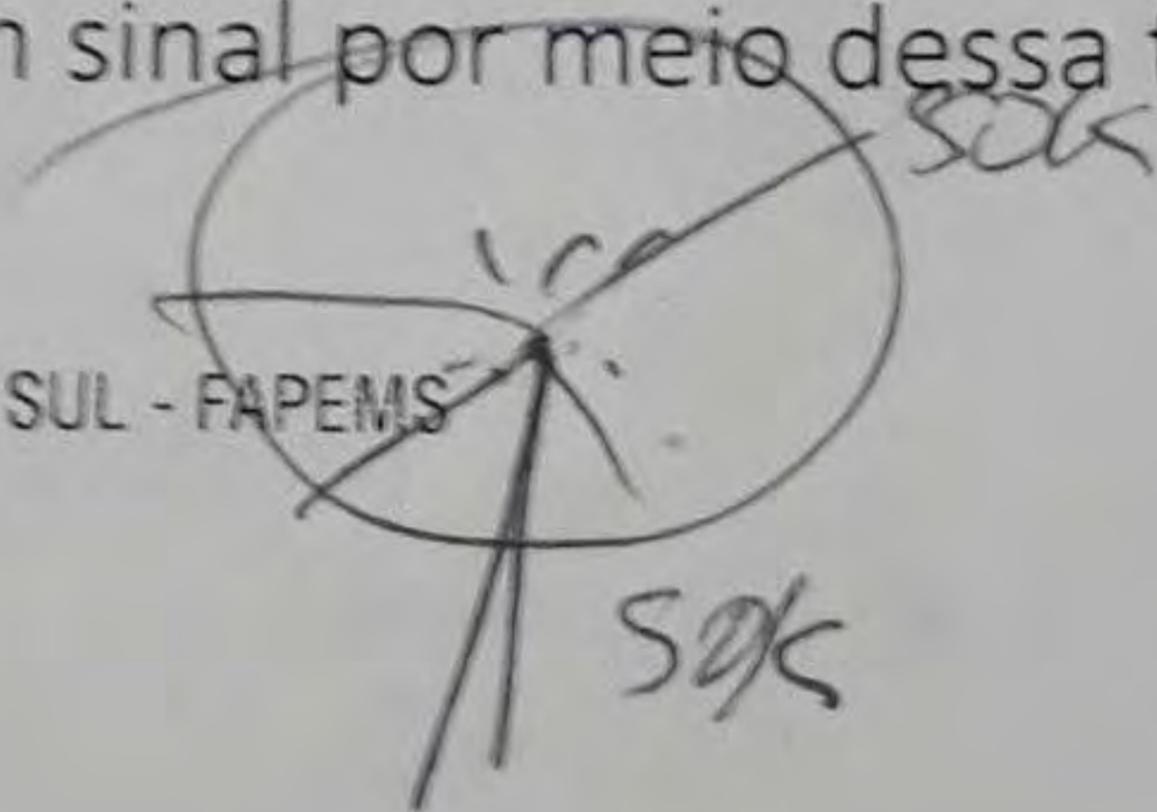


P1 - RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO

16

Uma torre transmite o sinal de uma emissora de rádio para ouvintes em um raio de 50 km de distância. Qual a maior distância possível entre dois ouvintes dessa rádio, que recebem sinal por meio dessa torre?

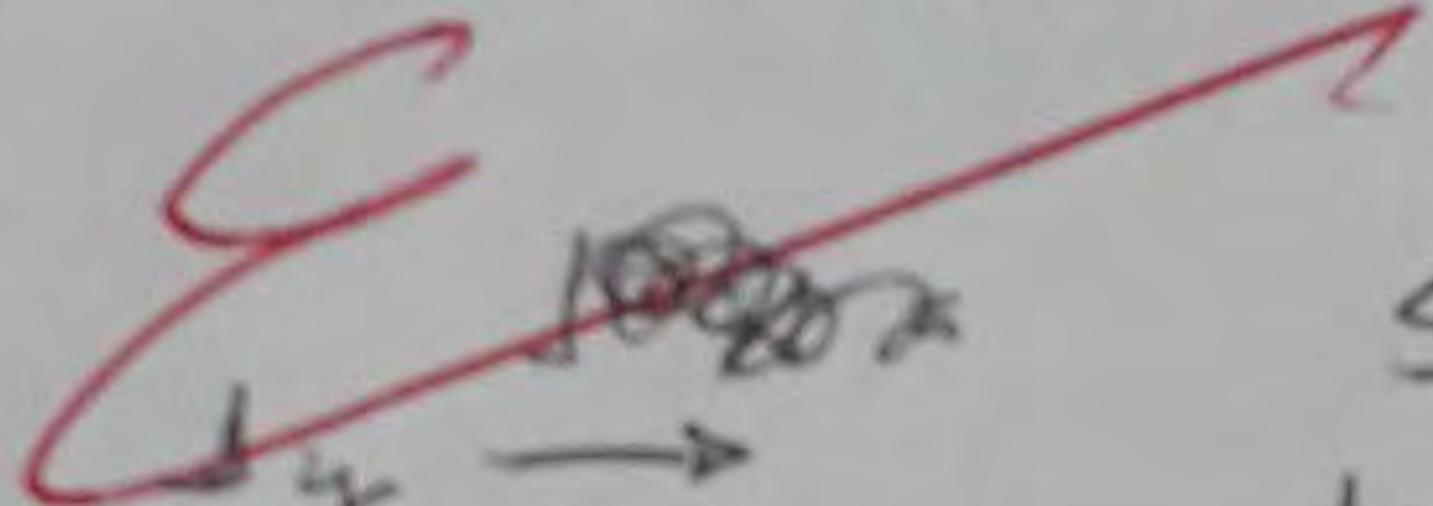


Se o preço de dez sanduíches equivale ao preço de seis latas de refrigerante e se cada lata de refrigerante é 1 real mais caro do que cada sanduíche, quanto custa um sanduíche com um refrigerante?

- A) 6 reais.
- B) 7 reais.
- C) 5 reais.
- D) 9 reais.
- E) 4 reais.**

~~10S = 6R~~

~~150R~~



~~10S = 6R~~

S → (S + 1) R

10S = 6(S + 1)

10S = 30 + 6

10S = .

A prova de um determinado concurso público contém cinco questões de múltipla escolha sobre raciocínio lógico, com cinco alternativas, identificadas de A a E, sendo somente uma alternativa correta por questão. Desta forma, quantos gabaritos são possíveis para as questões de raciocínio lógico?

- A) 1.885.
- B) 3.125.
- C) 4.240.
- D) 5.035.
- E) 2.200.

9

5 questões

5 · 2 · 3 · 2 · 1

20 · 3 · 2 · 1
60 (120) 5

120
25

3000

Se Ana sai de casa, então Bia também sai de casa; porém, se Bia sai de casa ou se chove, Dani não sai de casa. Sendo assim, afirma-se que

- A) se Dani sai de casa, então Ana não sai de casa.
- B) se não chove, então Ana sai de casa. ~~DADA~~
- C) se chove, então Bia não sai de casa. M
- D) se chove, então Ana não sai de casa. M
- E) se Ana não sai de casa, então Dani sai de casa. S

Em determinada localidade, 30% dos acidentes de trânsito apresentam vítimas fatais; além disso, 50% dos acidentes com vítimas fatais são causados por motoristas alcoolizados e 40% dos acidentes sem vítimas fatais são causados por motoristas alcoolizados. Nesse sentido, ao ocorrer um acidente,

$F = 30\%$
 $A = 50\%$
 $A = 40\%$

$P = \frac{30}{90} = \frac{3}{9} = \frac{1}{3}$

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À

$P = \frac{50\%}{120\%} = \frac{1}{24} = \frac{1}{24} \cdot \frac{10}{10} = \frac{10}{240}$

$100\% \frac{24}{0.1}$

qual a probabilidade de que tenha sido causado por motorista alcooolizado?

A) 39%.

B) 29%.

C) 33%.

D) 51%.

E) 43%.

V.F

V.V.F
40%

~~50/70~~

~~30/90~~

~~50/70~~
~~30/90~~
30/70

50/100

Sejam p, q, r e s três proposições tais que $\sim p \rightarrow q \rightarrow \sim r \rightarrow s$, em que “ \sim ” é a negação da proposição subsequente, então, certamente,

A) $s \rightarrow q$.

B) $\sim r \rightarrow q$.

C) $p \rightarrow r$.

D) $\sim q \rightarrow \sim s$.

E) $r \rightarrow p$.

~~$(\sim p \rightarrow q) \rightarrow (\sim r \rightarrow s)$~~

~~$(\sim p \rightarrow q) \wedge (r \rightarrow \sim s)$~~

~~$\sim p \wedge \sim q$~~

$q \rightarrow \sim r$

$p \wedge r$

Em uma indústria metalúrgica, há duas equipes de trabalho, Alfa e Beta. Enquanto a equipe Alfa possui 10 funcionários que constroem uma peça em 8 dias, a equipe Beta, que possui 20 funcionários, constrói uma peça do mesmo tipo em dois dias. Qual a diferença entre as proporções de dia por funcionário para a construção de uma peça, das duas equipes?

- A) 0,7 dia por funcionário.
- B) 0,1 dia por funcionário.
- C) 0,9 dia por funcionário.
- D) 0,3 dia por funcionário.
- E) 0,5 dia por funcionário.

Handwritten calculations and notes:

9	A	B	$\frac{1}{8}$	$\frac{1}{2}$
	10	20	$\frac{1}{8}$	$\frac{1}{2}$
	<u>1-8</u>	<u>1-2</u>	1-16	$\frac{1}{2}$
	1	1		

Additional notes on the right margin:

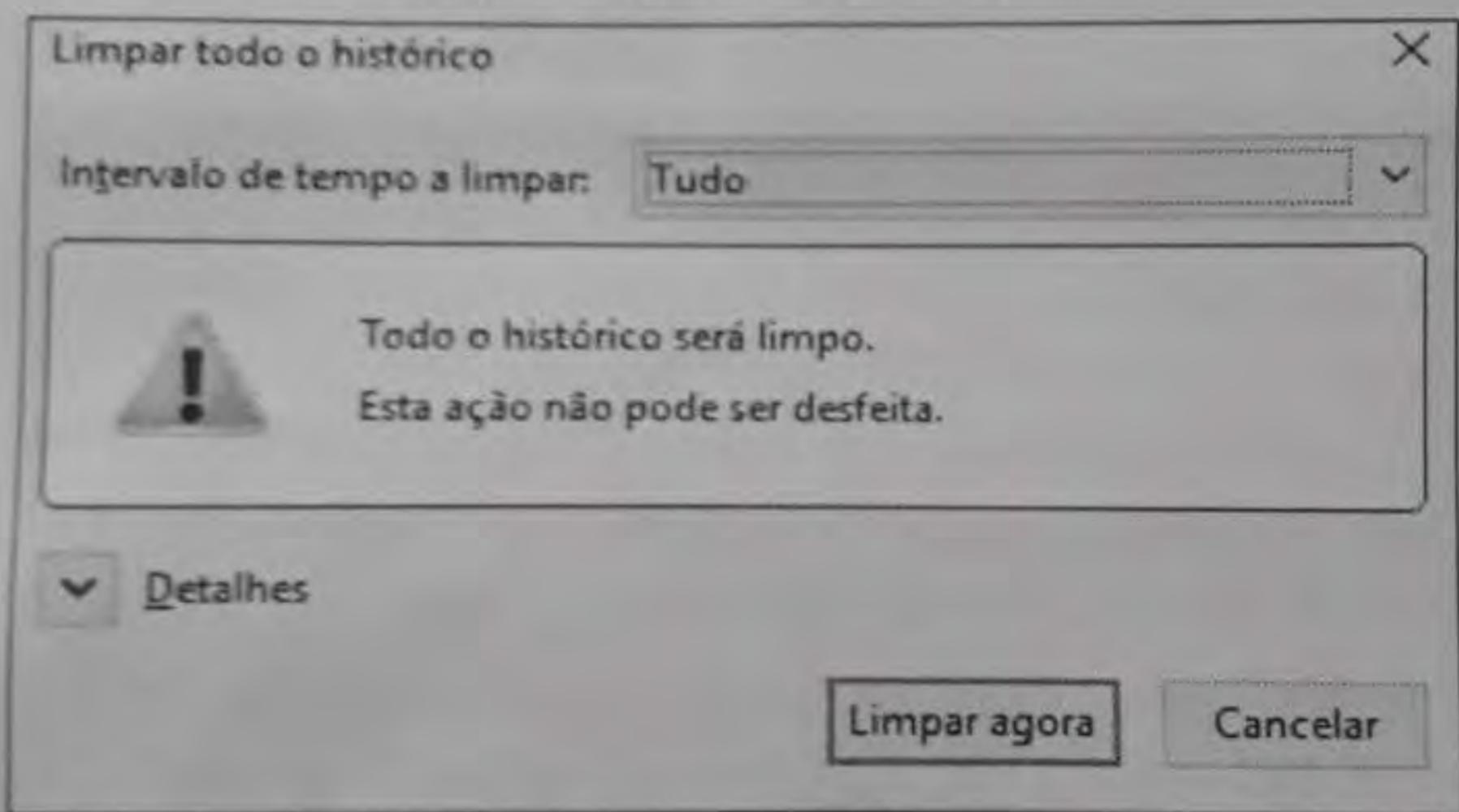
- 8, 4, 2
- $\frac{2}{16}$
- ice
- $\frac{1}{2}$
- $\frac{1}{16}$

O Sistema Operacional Linux é um conjunto de programas responsáveis por gerenciar os recursos do sistema, fornecendo uma interface entre o computador e o usuário. É por meio desse sistema que o usuário pode inicializar aplicativos de produção de texto, renomear e gravar documentos, navegar em páginas da internet e configurar o ambiente de trabalho com cores, imagens e tipos de letras preferidos. Conhecer as características de um sistema operacional permite ao usuário aproveitar melhor os seus recursos na otimização de tarefas. Com relação ao Linux, assinale a alternativa que apresenta as características corretas desse sistema operacional.

- A) Sistema proprietário, monousuário e monotarefa. ✓
- B) Software livre, multiusuário e multitarefa.
- C) Software livre, monousuário e multitarefa.
- D) Software livre, multiusuário e monotarefa.
- E) Sistema proprietário, multiusuário e multitarefa. ✓

5
302 7
28.0.425

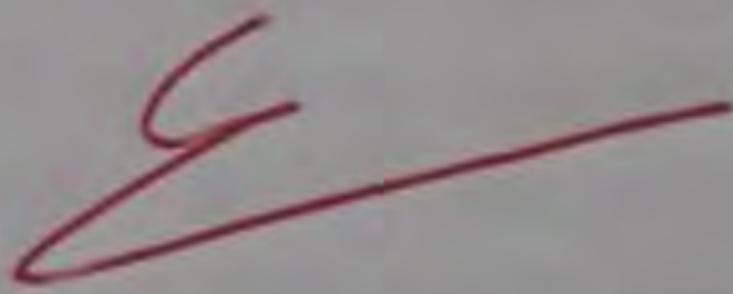
O Mozilla Firefox é um navegador livre e multiplataforma desenvolvido pela Fundação Mozilla. A intenção dessa Fundação é que esse navegador seja leve, seguro, intuitivo e altamente extensível. Uma função útil desse navegador, representada na figura a seguir, que está diretamente relacionada com a preservação da privacidade em navegação por páginas da internet, é permitir excluir o histórico de navegação, no qual estão guardadas informações como, por exemplo, páginas web visitadas, arquivos baixados, logins ativos, dados de formulários, cookies, entre outros.



Sendo assim, qual é a tecla de atalho, que ativa a tela representada nessa figura, responsável por limpar todo o histórico?

- A) Ctrl + T
- B) Ctrl + Shift + Delete**
- C) Ctrl + Shift + H
- D) Ctrl + N
- E) Ctrl + Shift + P

A → B ()
 (B ~ C) → ~ D ()
 F
 ()



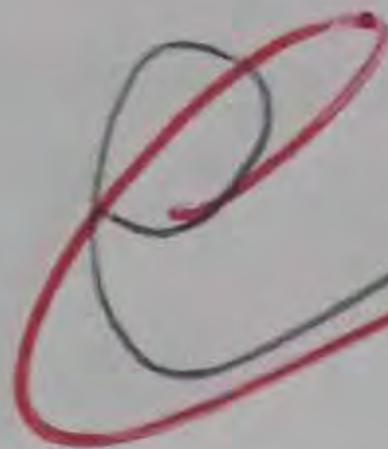
O Twitter é uma rede social e um servidor para microblog que permite aos usuários enviarem e receberem atualizações pessoais de outros contatos. O objetivo dessa rede social é a de que qualquer pessoa possa ter o poder de criar e compartilhar ideias e informações instantaneamente sem barreiras. Muitos órgãos de segurança estão aderindo a esse tipo de tecnologia com o intuito de se aproximar dos cidadãos e poder transmitir de forma rápida informações de utilidade pública. Contudo, a boa conduta na hora

de publicar as informações pelo Twitter é algo que merece uma atenção especial. Dessa forma, qual dentre as alternativas a seguir representa uma boa conduta de utilização dessa rede social por um meio de segurança pública ao publicar as postagens?

- A) Publicar informações sobre ações e campanhas de utilidade pública, avisos de pessoas procuradas, avisos sobre áreas de risco e evacuação de locais, avisos de pessoas desaparecidas.
- B) Publicar postagens sobre o que se comeu no almoço, sobre filmes assistidos, roupas novas compradas, eventos disponíveis para participação e atividades rotineiras do dia-a-dia.
- C) Publicar diariamente as ações que serão realizadas pelo departamento de segurança como, por exemplo, locais de blitz policiais, escalas policiais de serviço e quantidade de viaturas em operação.
- D) Publicar vídeos de operações policiais em tempo real mostrando as ações executadas pelos policiais como, por exemplo, a perseguição de suspeitos em veículos motorizados e situações de abordagens a suspeitos de crimes.
- E) Publicar informações sobre comunicações internas, ofícios, investigações em andamento e possíveis suspeitos de crimes.

Em uma Delegacia Policial, o processo de backup possui um importante papel na prevenção de perdas de dados como arquivos de boletins de ocorrência apagados acidentalmente por falha física ou humana. Uma Delegacia, ao prezar pela segurança, deve ter em sua rotina operações sistemáticas de backup. Entre os itens dos quais se pode fazer backups com frequência estão dados, arquivos de configuração e logs. Com essa perspectiva, qual das seguintes técnicas pode ser usada para otimizar o espaço de dados durante o processo de backup?

- A) Autorização. *u*
- B) Validação. *u*
- C) Autenticação. *u*
- D) Encriptação. *?*
- E) **Deduplicação**



Computadores ligados à internet estão sujeitos diariamente à infecções de vírus, worms e pragas digitais. Saber diferenciá-los é um passo importante

CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL - FAPEMS

para se saber qual ferramenta utilizar no processo de eliminação de tais ameaças digitais. Sobre vírus, worms e pragas digitais, assinale a alternativa correta.

- A) Um spyware é um programa que exibe, executa ou baixa anúncios e propagandas automaticamente sem que o usuário possa interferir.
- B) Trojans, ou cavalo de troia, são programas que focam sua execução no controle do sistema operacional sem o consentimento do usuário.
- C) Um programa malicioso worm pode se espalhar por vários computadores pertencentes a uma rede apenas mediante a execução desse programa pelo usuário.
- D) Um programa rootkit é um conjunto de funções desenvolvidas para executar ações indesejadas e escondidas como, por exemplo, um arquivo baixado como protetor de tela, mas que depois da instalação executa e instala diversos outros programas e/ou comandos sem o conhecimento do usuário.
- E) Um vírus precisa ser executado pelo usuário para ativá-lo e se diferencia de um worm por sua capacidade de infectar um sistema, fazer cópias de si mesmo e tentar se espalhar para outros computadores.**

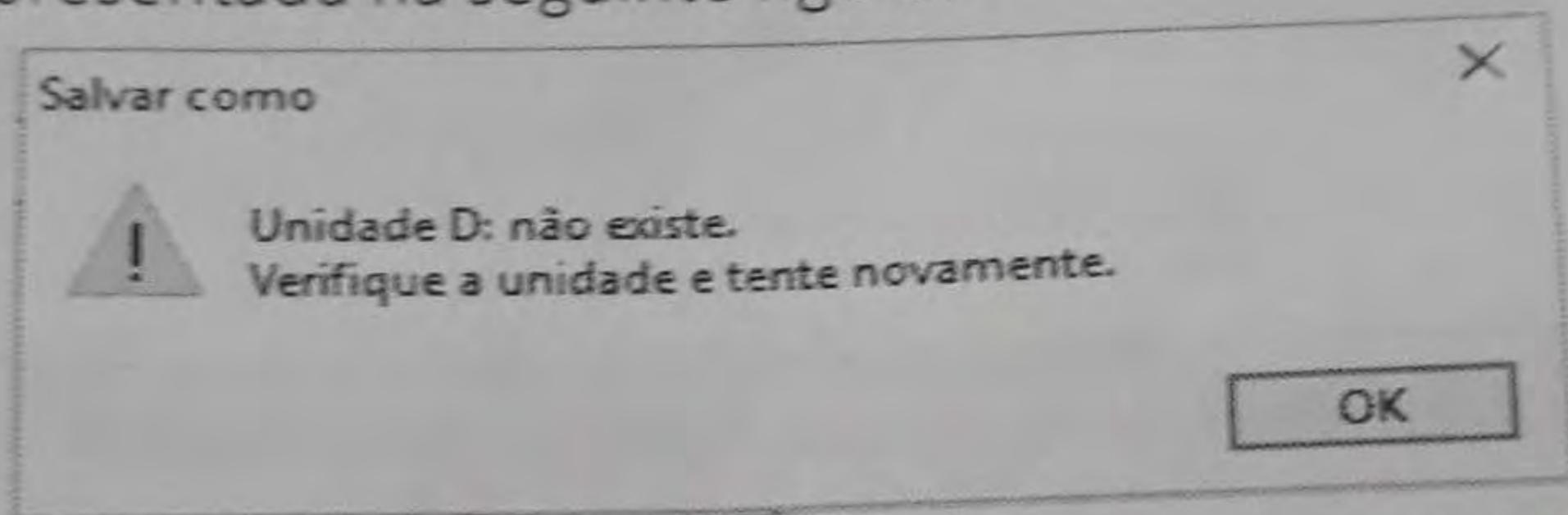
Muitos dos serviços ofertados em uma Delegacia de Polícia estão disponíveis digitalmente por meio de redes de computadores. Dentre esses serviços podem estar comunicações internas, boletins de ocorrência e denúncias anônimas de roubo. Um dispositivo que tem ganhado cada vez mais espaço na segurança digital desses serviços em conjunto com as redes de computadores nas delegacias é o firewall. Sua correta aplicação pode trazer um alto e desejado grau de tranquilidade sobre a integridade das informações pertencentes ao órgão policial. Sobre o conceito de firewall, assinale a alternativa correta.

- A) Um firewall é um sistema que permite encaminhar e entregar pacotes de dados de forma segura a máquinas destino utilizando para isso uma tabela de roteamento com diferentes caminhos possíveis.
- B) O firewall é um sistema de rede que permite organizar os recursos de rede de computadores de forma hierárquica, como uma árvore de diretório, onde se tem primeiramente o diretório raiz, em seguida a rede da empresa,

o computador do funcionário e, por fim, os recursos da rede como arquivos e impressoras compartilhadas por ele.

- C) Um firewall é um sistema projetado com o propósito de proteger, segurar e ~~eliminar~~ Σ ~~aplicações maliciosas~~ da rede de computadores que possam destruir dados, danificar o sistema e impedir o acesso a periféricos da rede.
- D) Um firewall é um sistema ou grupo de sistemas que impõe uma política de controle de acesso entre duas redes de computadores, tendo como atuadores um mecanismo que permite o tráfego de dados e outro mecanismo que bloqueia o tráfego de dados.
- E) Um firewall é um sistema que permite o gerenciamento e o compartilhamento de Σ recursos em redes de computadores onde não é permitido o acesso à rede por máquinas com sistemas operacionais heterogêneos.

Você está manuseando o aplicativo Explorador de Arquivos do Sistema Operacional Windows e, na tentativa de salvar um determinado documento em uma mídia removível, aparece a mensagem de erro representada na seguinte figura.



O significado dessa figura indica que você tentou salvar um arquivo em uma mídia removível, mas esta

- A) não está formatada. *z*
- B) não está mais no drive ou não está mais conectada ao computador. *z*
- C) está configurada somente para leitura. *z*
- D) está quebrada e deve ser substituída. *z*
- E) presente no drive está formatada para um formato diferente do aceitado pelo computador. *z*

De acordo com a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005), no que diz respeito à promoção na carreira de agente da polícia judiciária, assinale a alternativa correta.



- A) O ocupante da função de Investigador de Polícia Judiciária ou de Escrivão de Polícia Judiciária, somente começará a contar tempo para o interstício na terceira classe após a declaração de estabilidade no serviço público em razão da aprovação no estágio probatório. ✗
- B) Para concorrer à promoção por merecimento, o integrante da carreira de Agente de Polícia não precisa ter concluído os cursos elencados no artigo 255, e na forma do artigo 101, inciso I, da Lei Complementar nº 114/2005, que serão ministrados pela Academia de Polícia Civil, anualmente, e aprovados pelo Conselho de Ensino da Academia de Polícia. ✗
- C) Anualmente, até o mês de julho de cada ano, independentemente da existência de vaga, a Comissão Permanente de Avaliação da carreira elaborará e divulgará a lista dos Investigadores de Polícia Judiciária e dos Escrivães de Polícia Judiciária aptos a concorrerem à promoção por antiguidade. ✗
- D) O ocupante da função de Investigador de Polícia Judiciária ou de Escrivão de Polícia Judiciária será promovido automaticamente à terceira classe após a homologação do estágio probatório.
- E) Compete à Comissão Permanente de Avaliação da carreira de Agente da Polícia Judiciária elaborar a lista dos concorrentes à promoção pelo critério de antiguidade e as listas tríplices, para cada vaga, dos candidatos à promoção por merecimento.

Consoante o Decreto nº 12.218, de 28 de dezembro 2006, que aprova a estrutura básica e dispõe sobre competência e composição dos cargos da Diretoria-Geral da Polícia Civil, a Polícia Civil, órgão integrante do Sistema de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, tem por missão dar cumprimento às funções institucionais e exercer, além das competências previstas na Lei Complementar nº 114 de 19 de dezembro de 2005, outras atribuições que lhe sejam conferidas em leis e/ou regulamentos. Acerca das funções institucionais da Polícia Civil e de sua competência, assinale a alternativa correta.

A) As funções institucionais são delegáveis e poderão ser exercidas por membros que não integrem suas carreiras, instituídas na Lei Complementar nº 114/2005 e organizadas em

regulamento específico, aprovado pelo Diretor-Geral da Polícia Civil. .

- B) Não tem por missão dar cumprimento à função institucional fornecendo às autoridades Judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento dos processos.
- C) A sua competência não compreende fiscalizar jogos e diversões públicas, bares e boates, bem como a de hotéis e similares, além de outras atividades comerciais sujeitas à fiscalização do poder de polícia.
- D) A Polícia Civil não tem como missão dar cumprimento à função institucional de representar acerca da decretação das prisões preventiva e temporária e da busca e apreensão.
- E) É de sua competência, organizar, executar e manter serviços de estudo, análise, estatística e pesquisa policial sobre a criminalidade e a violência, inclusive mediante convênio com órgãos congêneres e entidades de ensino superior.

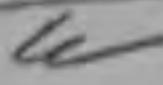
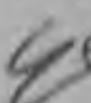
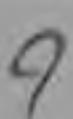
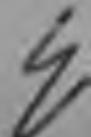


Conforme o Decreto nº 12.218, de 28 de dezembro 2006, que aprova a estrutura básica e dispõe sobre competência e composição dos cargos da Diretoria-Geral da Polícia Civil, a Corregedoria-Geral da Polícia Civil, com circunscrição em todas as unidades da Polícia Civil, tem por finalidade atuar na defesa dos direitos e dos interesses individuais e coletivos e promover medidas para a correção de erros e abusos das autoridades e dos agentes policiais, apurando a responsabilidade funcional. Sobre isso e sem prejuízo das demais atribuições constantes na Lei Complementar nº 114/2005, assinale a alternativa correta.

- A) É de competência da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, proceder e acompanhar a correção ordinária ou extraordinária, nos serviços desenvolvidos pelos diversos órgãos e unidades da Polícia Civil, para fiscalização e orientação disciplinar, atuando como órgão preventivo e de controle interno.
- B) A composição de comissões formadas no âmbito da Corregedoria-Geral será definida por seu titular dentre os integrantes da própria unidade, os quais não poderão ser afastados das atribuições dos seus cargos, e contarão apenas com alguns direitos e vantagens financeiras e funcionais.

- C) Não será de competência da Corregedoria-Geral da Polícia Civil apurar com exclusividade os crimes funcionais atribuídos a servidores da Polícia Civil, tipificados no Título XI, Capítulo I, do Código Penal.
- D) A ~~Corregedoria~~-Geral de Polícia Civil será dirigida por um Delegado de Polícia, de primeira classe, em efetivo exercício, designado pelo Diretor-Geral da Polícia Civil.
- E) Compete à Corregedoria-Geral da Polícia Civil afastar preventivamente, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, por decisão fundamentada do ~~Corregedor~~-Geral da Polícia Civil, servidores dos quadros da Polícia Civil, para fins de correção.

Tendo como referência a Lei Complementar Estadual nº 114/2005, assinale a alternativa correta acerca da organização institucional da Polícia Civil do estado de Mato Grosso do Sul.

- A) A Polícia Civil não se submete aos princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública. 
- B) Descabe à Polícia Civil a preservação da ordem  e da segurança pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como concorrer na execução de outras políticas de defesa social.
- C) A Polícia Civil, instituição permanente do Poder Público Estadual, essencial à defesa do estado e do povo, incumbe, com exclusividade, ressalvada a competência da União, o exercício das funções de polícia judiciária, a investigação e a apuração, no território do estado de Mato Grosso do Sul, das infrações penais, exceto as militares.
- D) A Polícia Civil, instituição essencial à função  jurisdicional da Justiça, exerce em conjunto com os demais órgãos policiais as atividades de criminalística, identificação, medicina e odontologia legal, cabendo-lhe o cumprimento de suas funções institucionais.
- E) A Polícia Civil será dirigida por Delegado de Polícia de carreira, de classe especial em  efetivo exercício, sem autonomia operacional, sendo-lhe assegurada a participação na gestão administrativa, orçamentária e financeira para cumprimento de sua missão institucional.

Consoante estabelece o Decreto nº 12.119/2006, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil, ao Conselho Superior da Polícia Civil, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 114/2005 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul), compete

- A) elaborar, examinar e aprovar as proposições de atos normativos e regulamentação de leis pertinentes às funções da Polícia Civil.
- B) aprovar proposta sobre a alteração de quantitativos de cargos das carreiras da Polícia Civil e a revisão de normas legais aplicáveis a seus membros.
- C) deliberar originariamente e em grau de recurso sobre remoção de integrantes da Polícia Civil.
- D) decidir, em primeira instância, nos recursos contra decisões das comissões permanentes de avaliação, relativamente à classificação para promoção e aos resultados de avaliações no estágio probatório e de desempenho dos membros da Polícia Civil.
- E) aprovar proposições e deliberar sobre outorga de honrarias e decidir sobre a concessão de condecorações em geral, recompensas e outras comendas para expressar o reconhecimento de desempenhos elogiosos da Polícia Civil.

De acordo com o texto constitucional vigente, assinale a alternativa que contempla princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

- A) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária. *e*
- B) Concessão de asilo político.
- C) Soberania. *e*
- D) Dignidade da pessoa humana. *e*
- E) Erradicação da pobreza. *u*



No que tange aos remédios constitucionais, é correto afirmar que

- A) *habeas data* é o remédio constitucional cabível para assegurar o conhecimento de informações de terceiros constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. *Σ*
- B) mandado de segurança é o remédio constitucional cabível para proteger expectativa de direito quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública. *Σ*
- C) é admissível a impetração de mandado de segurança, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- D) o *habeas data* não é o remédio constitucional cabível para a mera retificação de dados.
- E) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos em defesa dos interesses de seus membros. *Σ*

Com relação aos direitos e aos deveres individuais, previstos no texto constitucional em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes definidos em lei como hediondos são afiançáveis, mas insuscetíveis de graça ou anistia.
- B) O princípio constitucional da presunção de inocência impossibilita toda prisão que não esteja fundada em sentença penal condenatória transitada em julgado.
- C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- D) A garantia constitucional de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado impede que a obrigação de reparar o dano seja estendida aos sucessores e contra eles executadas.
- E) A vedação à identificação criminal do cidadão civilmente identificado é absoluta e vincula o legislador ordinário que não pode ressalvá-la.

Na hipótese de tratado internacional de direitos humanos sobre questões de tratamento humanitário carcerário ter sido aprovado em cada casa do



Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, ingressará no ordenamento jurídico pátrio, segundo o que dispõe a Constituição Federal Brasileira/1988, com status normativo

- A) equivalente à emenda constitucional.
- B) equivalente à lei ordinária. *e*
- C) equivalente à norma supralegal. *e*
- D) inferior à lei ordinária. *e*
- E) superior à emenda constitucional. *e*



Sobre o controle de constitucionalidade das leis, assinale a alternativa correta.

- A) O exame de constitucionalidade das leis somente pode ser exercido pelo Poder Judiciário.
- B) É facultativa a oitiva do Procurador-Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei federal.
- ~~C) A mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e a Mesa da Assembleia Legislativa dos Estados são alguns dos legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei federal.~~
- D) O direito brasileiro não prevê meios de controle preventivo de constitucionalidade. *E*
- E) O controle concentrado de constitucionalidade das leis federais é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal. *Σ***

O inglês Gary e sua esposa, Madeleine, também inglesa, são engenheiros que trabalham em uma empresa multinacional estabelecida na cidade de Campo Grande-MS. Residem há quinze anos de forma ininterrupta no Brasil e possuem intenção de se estabelecerem permanentemente no país. Em 2012, Gary e Madeleine foram denunciados pelo crime de estelionato, tendo sido, ao final do processo, absolvidos definitivamente. De acordo com o que prevê a Constituição Federal Brasileira/1988, Gary e Madeleine, desde que requeiram a nacionalidade brasileira, poderão ser naturalizados?

A) Segundo a Constituição Federal Brasileira vigente, Gary e Madeleine podem ser naturalizados se tiverem residido no Brasil há, pelo menos, 12 (doze) anos ininterruptos e não tenham, neste período, sido denunciados por qualquer crime.

- B) Segundo a Constituição Federal Brasileira vigente, Gary e Madeleine podem ser naturalizados se tiverem residido no Brasil há mais de 20 (vinte) anos ininterruptos e não tenham, neste período, sido denunciados por qualquer crime.
- C) Segundo a Constituição Federal Brasileira, Gary e Madeleine podem ser naturalizados se tiverem residido no Brasil há menos de 15 (quinze) anos ininterruptos e não tenham tido nenhuma condenação penal.
- D) Segundo a Constituição Federal Brasileira, Gary e Madeleine podem ser naturalizados se tiverem residido no Brasil há mais de 10 (dez) anos ininterruptos e não tenham, neste período, sido denunciados por qualquer crime.
- E) Segundo a Constituição Federal Brasileira vigente, Gary e Madeleine só podem ser naturalizados se tiverem residido no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e não tenham sofrido nenhuma condenação penal.

A respeito dos direitos e das garantias previstos na Constituição Federal/1988, assinale a alternativa correta.

- A) As garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos judiciais.
- B) A casa é asilo inviolável da pessoa, entretanto, a Constituição Federal vigente autoriza o ingresso de terceiros, sem consentimento do morador e a qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro e por determinação judicial.
- C) É assegurado o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizada pela autoridade competente e que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- D) Em nenhuma hipótese, serão admitidas penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.
- E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Acerca da segurança pública e de acordo com o texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- A) Às polícias civis incumbem-se as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais comuns e militares.
- B) À polícia federal destina-se a exercer, com o apoio das polícias civis, as funções de polícia judiciária da União.
- C) À polícia rodoviária federal destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- D) A segurança pública, dever do Estado, é exercida por meio da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal, das polícias civis, das polícias militares e do corpo de bombeiros militares.
- E) Às polícias militares e aos corpos de bombeiros militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Assinale a alternativa que contempla matérias de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

- A) Direito tributário, comercial e agrário. Σ
- B) Populações indígenas, proteção do meio ambiente, controle da poluição. Σ
- C) Seguridade social, previdência social, proteção e defesa da saúde. Σ
- D) Águas, energia e informática.
- E) Direito penitenciário, procedimentos em matéria processual, proteção à infância e à juventude.

Assinale a alternativa correta acerca dos servidores públicos.

- A) Segundo dispõe o texto constitucional, a acumulação remunerada de cargos está proibida, ficando flexibilizada a regra quando respeitados os requisitos fixados na legislação infraconstitucional. ⚡
- B) Aplica-se a aposentadoria compulsória para titulares de serventias judiciais não estatizadas e que não sejam ocupantes de cargo público e não recebam remuneração dos cofres públicos.



- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, no âmbito de sua competência, os regimes jurídicos mais adequados às particularidades de cada categoria de agente público, observando-se às peculiaridades locais e regionais. ⚡
- D) Apenas os servidores públicos no exercício efetivo da função, encontram-se submetidos ao teto remuneratório estabelecido constitucionalmente.
- E) São exceções ao teto remuneratório dos servidores públicos, dentre eventuais outras, às parcelas de caráter indenizatório, assim estabelecidas em lei, o abono de permanência em serviço e a soma das remunerações em caso de acumulação legítima de cargos públicos, empregos ou funções públicas.

Conforme dispõe a Lei 8.429/1992 e entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) A Lei nº 8.429/1992 possui um rol taxativo de condutas consideradas como atos de improbidade administrativa.
- B) Todo indivíduo que esteja na intimidade da administração pública pode ser sujeito ativo da improbidade administrativa, inclusive o particular, independente da condição de partícipe ou coautoria alinhada com o agente público. ✍
- C) Os atos de improbidade administrativa, que causem prejuízos ao erário, não se sujeitam a prazo prescricional para proposituras de ações visando ao ressarcimento dos danos sofridos pelo erário. ~~✍~~
- D) Consideram-se atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário qualquer ação ou omissão que conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário abaixo da alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que é de 1% (um por cento).
- E) Quando da aplicação da pena, o magistrado fica inteiramente adstrito ao pedido da ação, sob pena da sentença ser considerada *ultra petita*.



Acerca do controle administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) A prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar a receita, a despesa e a gestão dos recursos públicos abrange somente os atos do Poder Executivo, estando excluídos dessa apreciação os atos administrativos do Poder Judiciário exercidos em sua função atípica, por força do princípio da separação dos poderes. E
- B) Como forma de facilitação do controle da Administração, é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, sendo permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- C) A autotutela é o principal meio de controle realizado pela Administração, por meio do qual lhe permite rever seus próprios atos, seja via anulação ou por intermédio da revogação.
- D) Qualquer brasileiro, nato ou naturalizado, bem como o estrangeiro residente no Brasil, poderão exercer o controle externo sobre os atos praticados pela Administração Pública, podendo questioná-los tanto na esfera administrativa, quanto, por meio da Ação Popular, na esfera judicial.
- E) Cabe à Assembleia Legislativa de cada estado da Federação o exercício do controle financeiro das contas dos governos estaduais e municipais, com o auxílio do Tribunal de Contas do estado respectivo.

Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Quanto à competência, não basta o ato administrativo ser praticado por agente público, porque para o ato ser válido é necessário que seja praticado pelo agente competente, e, não obstante, ser a competência irrenunciável, imprescritível e improrrogável; os atos administrativos podem ser delegados e avocados, mesmo em casos de decisão de recurso hierárquico como na edição dos atos normativos. ξ

B) Existe discussão quanto aos requisitos/elementos dos atos administrativos, no entanto, doutrina majoritária aduz que são requisitos/elementos do ato administrativo: competência (ou agente competente), forma, finalidade, motivo, objeto e tipicidade. ξ

C) Competência, forma, finalidade, motivo e tipicidade são pressupostos de validade do ato administrativo, sem os quais o ato administrativo não produz efeitos válidos. ξ

D) O ato administrativo tanto pode ser anulado pela Administração Pública como pelo poder judiciário, devendo tal anulação sofrer efeito ex nunc para que possa retroagir e atingir o ato em sua concepção. ξ

E) Imperatividade é um dos atributos do ato administrativo e consiste no poder dado à Administração Pública, para unilateralmente ^{leg.} criar obrigações ou impor restrições aos administrados.

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Quanto ao Poder de Polícia, assinale a alternativa correta.

JTF

- A) Quanto ao Poder de Polícia, aduz o Supremo Tribunal Federal que a fiscalização do trânsito, com a aplicação das sanções administrativas legalmente previstas, constitui mero exercício de poder de polícia, não havendo qualquer óbice ao seu exercício por entidades não policiais, assim, dentro de sua esfera de atuação delimitada pelo Código de Trânsito Brasileiro, os Municípios podem determinar que o poder de polícia que lhe compete seja exercido pela guarda municipal. ↵
- B) Esse conceito explanado se encontra expressado junto ao texto constitucional, sendo por ele disciplinado e inteiramente regulado.
- C) Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade não representam limites ao exercício do Poder de Polícia, porque este

possui regramento legal, no qual se encontram todos os limites de ponderação na atuação desse poder. ↵

- D) Seja constitucional ou infraconstitucional, não há qualquer diploma legal que conceitue o denominado Poder de Polícia. ↵
- E) Tanto a coercibilidade como a executoriedade sempre estarão presentes na atuação do Poder de Polícia. ↵

Quanto à organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Agências Reguladoras são autarquias com regime jurídico especial, gozando seus dirigentes de estabilidade no exercício da função, que será adquirida após avaliação da comissão competente, em consequência, com a aquisição da estabilidade, fica dada sua exoneração *ad nutum*.
- B) Quando o serviço público é prestado pela Administração Pública Direta, ele será prestado de forma centralizada ou indireta. ←
- C) Diversamente do que ocorre nas demais autarquias, os dirigentes das agências reguladoras permanecem na função por prazo certo e determinado, sendo desligados após o encerramento do mandato, oportunidade em que permanecem em quarentena pelo período de 4 (quatro) meses, ficando assim impedidos ao exercício de atividades ou de prestação de qualquer serviço junto ao setor regulado pela respectiva agência.
- D) Tanto a Empresa Pública como a Sociedade de Economia Mista são julgadas pela Justiça Federal, conforme dispõe o texto constitucional. ↗
- E) Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas exclusivamente para prestarem serviço público, sendo a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) uma das espécies. ↗

A compreensão do Regime Jurídico Administrativo se dá a partir de uma análise de princípios constitucionais administrativos, os quais conformam toda a atividade administrativa, porque são esses princípios que oferecem coerência e harmonia para todo o ordenamento jurídico. Assim, quanto aos princípios nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) O Princípio da Publicidade é um dos requisitos de validade do ato administrativo, e sua inobservância causará a invalidade do ato praticado.
- B) A prática do nepotismo é um dos exemplos de agressão ao Princípio da Impessoalidade, havendo inclusive súmula vinculante sobre o assunto.
- C) Aduz o Princípio Constitucional da Legalidade que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, o que induz dizer que a obediência ao citado princípio é irrestrita, não havendo exceções ou relativização em sua aplicabilidade. ↵
- D) Os princípios constitucionais do Direito Administrativo encontram-se regulados junto ao rol taxativo da Carta Magna, bem como em outros dispositivos infraconstitucionais. ↵
- E) Apenas entes da Administração Pública Direta estão sujeitos ao rol exemplificativo da principiologia disposta no artigo 37 do texto constitucional, que se traduz na obediência aos seguintes princípios: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. ↵

Independientemente da terminologia, contudo, o que se quer consignar é que tais elementos constituem os pressupostos necessários para a validade dos atos administrativos. Significa dizer que, praticado o ato sem a observância de qualquer desses pressupostos (e basta a inobservância de somente um deles), estará ele contaminado de vício de legalidade, fato que o deixará, como regra, sujeito à anulação.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 108.

São elementos dos atos administrativos:

- A) ~~Tipicidade~~, forma, finalidade, motivo e imperatividade. *E*
- B) ~~Presunção de legitimidade~~, forma, finalidade, motivo e objeto. *E*
- C) Competência, forma, ~~presunção de legitimidade~~, motivo e objeto. *E*
- D) Competência, forma, finalidade, motivo e objeto. *E*
- E) Competência, ~~autoexecutoriedade~~, finalidade, motivo e objeto. *E*



O artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 dispõe que "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Acerca das licitações e dos contratos públicos, de acordo com essa Lei, assinale a alternativa correta.

- A) Subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de médio e pequeno portes na forma da lei complementar.
- C) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- D) É permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou do executivo.
- E) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a dez por cento (10%) da avaliação.

P3 - NOÇÕES DE DIREITO PENAL

QUESTÃO

53

No que se refere aos princípios aplicáveis ao Direito Penal, assinale a alternativa correspondente ao Princípio da Lesividade.

A) Esse princípio é a expressão da intervenção mínima, pois reduz a capacidade de criminalização do Estado.

B) Esse princípio é a expressão de que só pode ser castigado aquele comportamento que lesione direitos de qualquer pessoa, até mesmo do próprio agente. ~~✓~~

~~C) Esse princípio é a expressão de proteção do indivíduo quanto à dignidade da pessoa humana, pois determina a criminalização – mandados de criminalização – de bens jurídicos relevantes.~~

~~D) Esse princípio é a expressão da taxatividade, pois delimita o bem jurídico que pode ou não ser passível de tutela penal.~~

E) Esse princípio é a expressão da exterioridade e alteridade (bilateralidade), significa que a tutela penal não tem relevância para reprimir atos meramente internos à psique do agente.

Sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa correta.

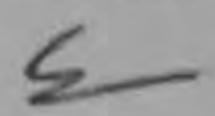
- A) Somente no momento do indiciamento do inquérito policial, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz a requerimento da autoridade policial. ✓
- B) Não são medidas integradas de prevenção dessa lei a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres nas Delegacias de Atendimento à Mulher, pois se trata de medidas de política criminal. ✓
- C) A violência moral, a que se refere essa lei, funda-se na coação e na chantagem contra mulher, desde que praticada por pessoa com relação doméstica e/ou familiar. ✓
- D) Apesar de essa lei se fundar em tratado Internacional para a erradicação de toda e qualquer violência contra a mulher, limitou-se a protegê-la das violências decorrentes nas relações domésticas e familiares. ✓
- E) A autoridade policial, segundo essa lei, somente poderá tomar as medidas cabíveis, tais como proteção policial, nos crimes de ação penal pública, condicionada à representação, se houver representação da ofendida. ✓

Sobre a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965), assinale a alternativa correta.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA. AO ENSINO

- A) Constitui Abuso de Autoridade, conduta prevista nessa lei, deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou a detenção de qualquer pessoa.
- B) A violência arbitrária, constante do artigo 322 do Código Penal, não foi tacitamente revogada por essa lei. ✍
- C) Os crimes de atentado, constantes do artigo 3º dessa lei, comportam tentativa. ✍
- D) É possível o cometimento de abuso de autoridade fora do exercício da função. ✍
- E) Não é possível a coautoria de particular em crime de abuso de autoridade. ✍

Sobre o crime de tortura (Lei nº 9.455/1990), assinale a alternativa ~~correta~~.

- A) A tortura é crime *propter officium*, ou seja, não admite que o sujeito ativo pratique fora da função de autoridade. 
- B) O crime de tortura é crime hediondo por equiparação. 
- C) O crime de tortura não é passível de tentativa, pois se trata de crime unissubsistente. 
- D) A tortura não se consuma no momento em que o sujeito ativo produz o comportamento que causa constrangimento físico ou psíquico à vítima. 
- E) O crime de tortura não pode ser praticado por particular. 

Sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor conforme a Lei nº 7.716/1989, assinale a alternativa correta.

- A) O preconceito em decorrência da origem estrangeira de determinado indivíduo é criminalizada por essa lei.
- B) A ofensa racial feita por estrangeiro contra um determinado brasileiro é crime previsto nessa lei.
- C) A cogitação racista consiste crime dessa lei, mesmo não havendo exteriorização. *E*
- D) O preconceito em razão da procedência nacional se refere tanto à origem brasileira ou à de determinada região do Brasil *?*
- E) Dentre as várias formas discriminatórias nessa lei, encontra-se no seu rol protetivo a discriminação de gênero. *?*



Sobre a Lei 11.343/2006 (Lei Antidrogas), assinale a alternativa correta.

- A) Não será relevante a natureza da droga para aferir se o comportamento é de portar droga para consumo próprio ou de tráfico (artigos 28 e 33 dessa lei). *E*
- 7 B) O crime de tráfico de drogas constante do artigo 33 dessa lei não é um tipo penal misto alternativo.
- 9 C) Os crimes dos artigos 28 e 33 dessa lei podem ser considerados normas penais em branco homogêneas.
- D) É inconstitucional a substituição de pena restritiva de direito em crime de tráfico de drogas (artigo 33 dessa lei). *E*
- 4 E) A quantidade de drogas terá repercussão na dosimetria da pena por crime de tráfico de drogas, conforme artigo 33 dessa lei. *E*

Sobre a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), assinale a alternativa correta.

- A) Posse ilegal do artigo 12 e porte ilegal do artigo 14 da Lei nº 10.826/2003 não se diferencia pelo elemento espacial, ambos podem ser "intramuros" e "extramuros". *g*
- B) O Estatuto do Desarmamento depende de decreto que conceitue o que é arma, acessórios ou munição.
- ~~C) Não é crime culposo, segundo consta do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou deficiente mental se apodere de arma de fogo. *g*~~
- D) A alteração de registro da arma, com a finalidade de induzir a erro a autoridade policial, juiz ou peritos é uma forma de fraude processual constante do artigo 347 do Código Penal.
- E) Por se tratar de crime de subsidiariedade expressa, *A* o disparo de arma de fogo, constante do artigo 15 do Estatuto do Desarmamento, sempre deverá ser afastado quando houver crime mais grave.

QUESTÃO **60**

Sobre a Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a alternativa correta.

- A) O crime de genocídio tentado não é crime hediondo.
- B) A extorsão mediante sequestro nem sempre é crime hediondo. *u*
- C) Homicídio simples praticado por milícia privada é crime hediondo.
- D) Os crimes de tráfico, tortura e terrorismo são crimes hediondos propriamente ditos e não por equiparação. *u*
- E) O latrocínio é crime hediondo, mesmo que o resultado de morte se produza na modalidade culposa, desde que decorrente da violência do roubo.

Sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as seguintes assertivas.

- I- Após a autoridade policial efetuar a apreensão de criança ou adolescente, deverá imediatamente comunicar seus pais ou responsáveis, sob pena de incidir em crime previsto no Código Penal. *↵*
- II- Se a autoridade policial verificar ilegalidade no ato da apreensão da criança ou adolescente deverá efetuar a soltura, mesmo sem ordem judicial, sob pena de responder por crime constante do Estatuto da Criança e Adolescente. *↵*
- III- Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, de vídeo é comportamento atípico, não tendo previsão do Estatuto da Criança e Adolescente. *↵*
- IV- Aquele que vende ou fornece a título gratuito produtos com componentes capazes de causar dependência física ou psíquica, mesmo sendo lícita à criança e ao adolescente, incorre em crime específico do Estatuto da Criança e Adolescente. *↵*
- V- Induzir criança ou adolescente a praticar crime valendo-se de sala de "bate-papo da internet" é comportamento atípico segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. *↵*

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I e IV.
- B) II e V.
- C) III e V.
- D) II e IV.
- E) I e II.



Na busca da verdade real e visando a dar segurança aos procedimentos judiciais ou administrativos, o legislador, dada a relevância do dano, previu como

CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL - FAPEMS

crime a conduta de fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade. Nesse sentido, sobre o crime de falso testemunho ou falsa perícia, previsto no artigo 342, caput, do Código Penal (CP), assinale a alternativa correta.

- A) A falsa afirmação feita pela testemunha ouvida durante o inquérito policial deixa de ser punível se o autor do falso se retrata ou declara a verdade perante autoridade judicial, mesmo após a sentença. ✓
- B) O contador do juízo não pratica o crime previsto no artigo 342, caput, do CP, uma vez que não ostenta a qualidade de perito oficial, pois foi nomeado para elaborar cálculos relacionados ao processo em que se investiga fato criminoso. ✓
- C) A testemunha que, compromissada, se engana sobre a realidade pela falsa percepção desta, não havendo qualquer intenção em comprometer a verdade dos fatos, comete o crime do artigo 342 do CP na forma culposa. ✗
- D) O coautor de crime que em seu interrogatório mente sobre a prática da conduta ou a existência do fato, impedindo com isso que seja esclarecida a verdade, não pratica crime de falso testemunho. ✗
- E) Na garantia da verdade real, a falsa perícia é caracterizada na modalidade culposa, quando o perito, mesmo com qualidade técnica, profere parecer sobre determinado fato incorrendo em erro, sem agir, portanto, dolosamente. ✗

Kiki engravidou em relacionamento extraconjugal. Durante a gravidez, ela contou o fato ao seu marido que tentou convencê-la a praticar um aborto, sem sucesso. Logo após o parto, Kiki, influenciada tão somente por sua irmã, matou o próprio filho, auxiliada pelo marido traído. Com base no caso em análise, marque a alternativa correta.

- A) O crime em tela é de homicídio praticado por Kiki e pelo marido. A irmã de Kiki não praticou crime nenhum, pois o induzimento e a instigação não caracterizam participação na morte da criança.
- B) A irmã de Kiki e o marido praticaram o crime de homicídio em concurso de agentes. Kiki praticou o crime de infanticídio por ter matado o próprio filho, logo após o parto, por influência de sua irmã.
- C) Kiki, diante da ausência da influência do estado puerperal, não pratica crime de infanticídio, respondendo, portanto, por crime de homicídio em concurso de agentes com sua irmã e marido.

- D) Kiki e sua irmã responderão pelo crime de homicídio. O marido responderá por homicídio privilegiado, pois foi impelido por motivo de relevante valor moral da conduta, considerando o fato da traição sofrida.
- E) Kiki responderá por crime de infanticídio, tendo em vista a prática do crime contra o próprio filho logo após o parto, considerando seu abalo psicológico o que possibilitou ser influenciada pela irmã.

Zuló aproveitando-se da distração de seu devedor, mediante grave ameaça, sequestra-o. Ato contínuo, conduz-lhe para local desabitado mantendo-o fechado dentro de um galpão, condicionando sua liberdade ao pagamento de uma dívida de R\$ 15.000,00, reconhecida legalmente e que se encontra em processo de execução judicial, mas que não fora paga pela vítima, embora esta tivesse condições de fazê-lo. Considerando a situação-problema apresentada, marque a alternativa correta.

- A) No caso em espécie, o especial fim de agir da conduta de Zuló é recebimento de dívida devida pela vítima, tratando-se, portanto, de crime de exercício arbitrário das próprias razões. *E*
- B) A conduta não foi praticada com violência à pessoa, logo Zuló cometeu o crime de extorsão e sequestro, caracterizando concurso de crimes. *E*
- C) Considerando que a vantagem almejada por Zuló é devida, sua conduta caracteriza o crime de sequestro ou cárcere privado.
- D) *E* Trata-se de crime de extorsão mediante sequestro, pouco importando no caso que a vantagem desejada por Zuló seja devida pela vítima.
- E) Ausente o recebimento da dívida, o crime de extorsão não se consumou, sendo caracterizada a prática somente de crimes de sequestro e cárcere privado. *E*

Segundo o conceito analítico, o crime é composto por três elementos: fato típico, antijurídico e culpável. Sendo a culpabilidade, dessa forma, elemento essencial para a caracterização do crime, marque a alternativa correta.

A) Aquele que pratica crime considerado hediondo e poderá receber pena privativa de liberdade, mesmo que seja absolutamente incapaz, de



- compreender a ilicitude de seu ato, desde que tenha capacidade de se autodeterminar. Σ
- B) As doenças que afetam as capacidades intelectiva e cognitiva da pessoa por si excluem a culpabilidade daqueles que praticarem fatos ilícitos, mesmo que no momento da conduta o sujeito tenha capacidade de entender e compreender. Σ
- C) Aos sujeitos julgados incapazes para fins penais serão excluídas suas culpabilidades, sendo-lhes imputadas medidas de segurança que consistirão em privação de liberdade, prestação de serviços ou pagamento de pena de multa. Σ
- D) Ao sujeito que, na condução de veículo automotor, mata outra pessoa estando completamente embriagado, sendo a embriaguez fruto de força maior, será excluída sua culpabilidade, não sendo possível a aplicação de pena.
- E) O menor de dezoito anos que pratica uma conduta ilícita somente será considerado inimputável se não tiver condições de compreender a ilicitude de sua conduta ou não tiver condições de se autodeterminar. Σ

QUESTÃO 66

O crime de peculato integra os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral e tem sua capitulação no artigo 312 do Código Penal (CP). Sua origem remonta ao Direito Romano e visa, desde então, a proteger as coisas pertencentes ao Estado da apropriação ou subtração por seus agentes. Sendo o escrivão de polícia funcionário público e tendo no exercício do cargo a incumbência de responder pela guarda de bens e valores entregues a sua custódia, deverá observar cautelosamente essa questão. Assim, quanto ao crime de peculato, marque a seguir alternativa correta.

- A) O crime de peculato é um crime de mão própria, impedindo que seja praticado por funcionário público em coautoria com outra pessoa que não ostente tal condição. Σ
- B) O furto de bens ou valores públicos realizados por funcionário público somente caracteriza o crime de peculato se realizado por ele em razão do cargo que ocupa e da posse dos bens.
- C) Caracteriza crime de peculato o arrombamento de cofre e furto de dinheiro da prefeitura municipal por escrivão de polícia, mesmo sem a facilidade proporcionada pelo cargo. Σ

- D) O peculato próprio assemelha-se ao crime de apropriação indébita e não ao crime de furto, sendo necessário que o funcionário público tenha a posse ou valor do bem em razão do cargo. Σ
- E) Pratica crime de peculato por apropriação o funcionário público que empresta a juros valores que tem sob sua custódia para pagar reforma de prédio público. Σ

P3 - NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO

67

Não é considerada uma característica do sistema processual inquisitório:

- A) a utilização de prova obtida com tortura.
- B) a ausência da ampla defesa e do contraditório.
- C) a gestão da prova confiada ao julgador.
- D) a admissão de denúncia anônima.
- E) a ocorrência de coisa julgada.

Um delegado da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul representou pela prisão preventiva de Felício, depois das provas apuradas na investigação preliminar confirmarem ser ele o autor da subtração de imagens sacras da Igreja "Fé em Deus". O magistrado de plantão, verificando a identificação civil de Felício e entendendo existir prova da existência do crime patrimonial (artigo 155 do Código Penal - pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa), bem como de indícios de autoria, decretou a sua prisão cautelar. Na decisão, considerou o fato de Felício ter sido condenado definitivamente, um ano antes, pelo crime de homicídio culposo. Com base na narrativa, assinale a alternativa correta. *(Reinc)*

- A) A decisão judicial é correta, sobretudo por conveniência da instrução criminal. *E*
- B) A decisão judicial é correta, notadamente como garantia da ordem pública.
- C) A decisão judicial é correta, especialmente porque o investigado é reincidente.
- D) A decisão judicial é correta, principalmente para assegurar a aplicação da lei penal.
- E) A decisão judicial é incorreta, não se admitindo a decretação da prisão preventiva. *E*

O flagrante criado artificialmente, como no exemplo em que uma pessoa introduz droga no carro do suspeito, é

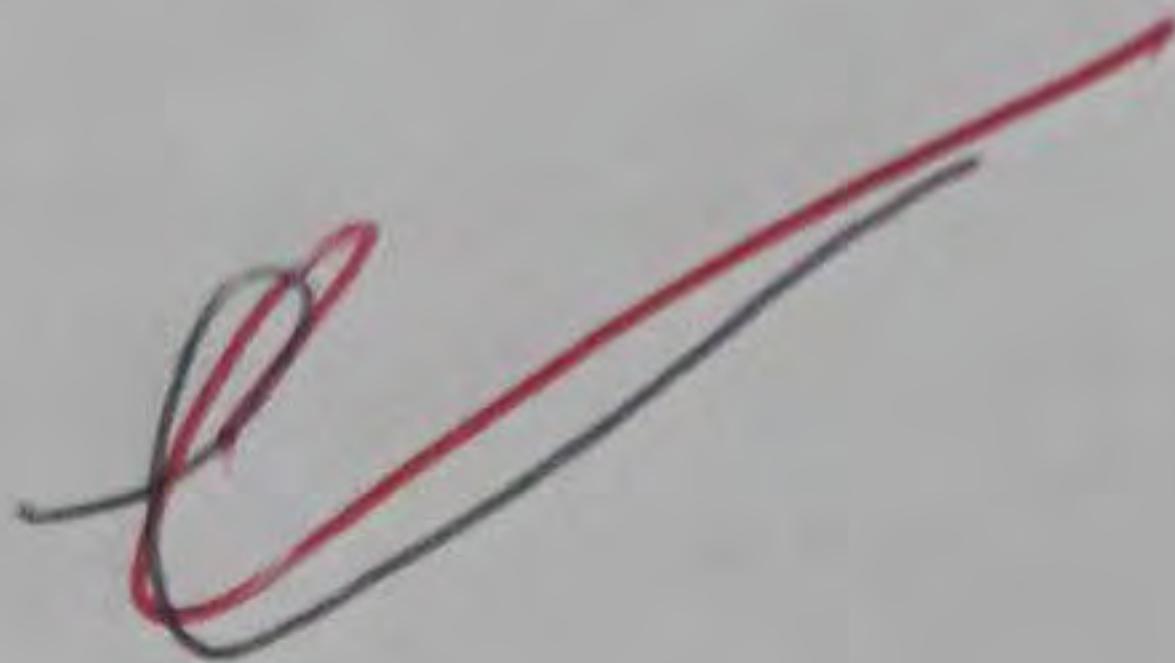
A) impróprio.

B) esperado. *u*

C) preparado.

D) forjado. *E*

9 E) provocado.



Sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado, assinale a alternativa correta.

- A) O indiciamento independe de fundamentação da autoridade policial. ~~✓~~
- B) As funções de polícia judiciária não são de natureza jurídica. ~~✓~~
- C) A autoridade policial procederá à reprodução simulada dos fatos, desde que haja autorização judicial. ~~✓~~
- D) O arquivamento do inquérito poderá ser realizado pela autoridade policial. ~~✓~~
- E) O delegado pode indeferir pedido de realização de prova feito pelo indiciado. ✓

Considerando os verbetes sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito das regras de competência, assinale a alternativa correta.

- A) Compete à Justiça Federal julgar crime em que indígena figure como vítima.
- B) Compete à Justiça Federal julgar contravenção penal praticada em detrimento de interesses da União. *S*
- C) Compete à Justiça Castrense julgar militar que, em serviço, comete crime de abuso de autoridade. *S*
- D) Compete à Justiça Estadual julgar crimes praticados em detrimento de sociedades de economia mista. *↗*
- E) Compete à Justiça Estadual julgar crime de falso testemunho cometido em processo trabalhista.

Em inquérito policial que apura prática de crime de estupro, o delegado representou pela prisão temporária de Falcão. O magistrado decretou a

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E

prisão pelo prazo de 30 (trinta) dias e, em seguida, determinou a expedição do mandado e a comunicação ao promotor. Uma vez efetuada a prisão, Falcão foi levado até à penitenciária estadual, permanecendo com outros detentos. Decorrido o prazo, ele foi posto imediatamente em liberdade. Com respaldo na narrativa, assinale a alternativa correta.

- A) A prisão temporária de Falcão não poderia ser prorrogada por igual período e, por isso, foi posto em liberdade. ~~✗~~
- B) A concessão de liberdade não poderia ocorrer sem previa consulta judicial. ~~✗~~
- C) Não poderia haver decretação da prisão preventiva de Falcão no decorrer do prazo de sua prisão temporária. ~~✗~~
- D) Falcão deveria permanecer, obrigatoriamente, separado dos demais detentos.
- E) A oitiva do promotor antes da decretação da prisão de Falcão era desnecessária. ~~✗~~

✗
5-10

De acordo com o Código de Processo Penal, se o réu não for encontrado no endereço indicado nos autos, será citado por edital, com o prazo de

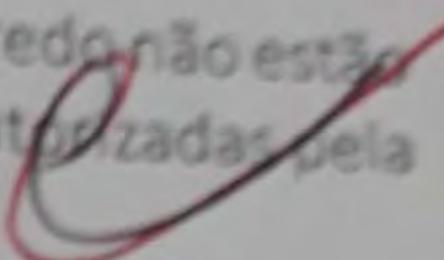
- A) 5 dias.
- ? B) 30 dias.
- C) 20 dias.
- D) 15 dias.
- ↗ E) 10 dias.

?

Em um caso de tráfico de drogas, por entender descaracterizada a internacionalidade da infração, um Juiz Federal do Tribunal da 3ª Região declinou de sua competência em favor da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul. Distribuído o feito, o respectivo Juiz Estadual discordou da decisão e, por isso, suscitou conflito de competência. Com base no caso narrado, qual é o Tribunal competente para decidir o conflito?

- ~~A) Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, TJM~~
- ~~B) Tribunal Federal da 3ª Região.~~
- ~~C) Tribunal Federal de Recursos. TFR~~
- D) Supremo Tribunal Federal. STF
- E) Superior Tribunal de Justiça. STJ

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, no que tange à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

- A) O depoimento da testemunha, em qualquer caso, deve ser prestado oralmente. Σ
- B) O exame de corpo de delito indireto se realiza por meio de prova testemunhal. Σ
- C) As pessoas que devem guardar segredo não estão obrigadas a depor, não obstante autorizadas pela parte interessada. 
- D) A oitiva de testemunhas pelo juiz fica restrita àquelas indicadas pelas partes. Σ
- E) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz poderá ser inquirida apenas por meio de carta precatória. Σ

Arialva é muito crítica quanto à morosidade judicial. Um dia, comentando essa insatisfação com seu pai, foi incentivada pelo seu genitor a prestar o próximo concurso à Magistratura. Aprovada, depois de alguns meses de estudo, foi designada pelo respectivo Tribunal a assumir a vara criminal da comarca em que atuava como Defensora Pública. No primeiro dia de trabalho, deparou-se com um processo em que havia defendido, integral e gratuitamente, pessoa necessitada, e que aguardava sentença há mais de dois anos. Com base na narrativa, Arialva pode exercer a judicatura nesse processo?

- A) Não, pois a externalização de sua crítica é incompatível com o labor judicial. 
- B) Sim, pois como atuou gratuitamente, não há causa ao impedimento.
- C) Sim, pois como não houve decisão, não há motivo de suspeição.
- D) Não, devendo declarar-se suspeita.
- E) Não, devendo declarar-se impedida.

E) Não, devendo declarar-se impedida.

QUESTÃO

77

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre instrução criminal, assinale a alternativa correta.

- A) No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, o magistrado não pode absolver sumariamente o acusado.
- B) As ações que apuram a prática de crime de homicídio qualificado têm prioridade de tramitação em todas as instâncias. \in
- C) A rejeição liminar da denúncia apenas ocorre, quando faltar justa causa para o exercício da ação penal pública.
- D) O interrogatório é o primeiro ato processual realizado na audiência de instrução e julgamento em caso de crime contra a dignidade sexual.
- E) Aplica-se o procedimento sumário às infrações penais de menor potencial lesivo.

No dia 16 de julho deste ano, feriado no Rio de Janeiro, um tiroteio entre grupos rivais em certa comunidade vitimou o popular Raimundo. Dirigindo-se ao local, o delegado providenciou o isolamento da área até a chegada dos peritos criminais. Depois de meia hora, uma viatura do Instituto Geral de Perícias compareceu à cena delitiva. O médico legista, Raul, realizou o exame sozinho, pois seu colega Paulo, naquele domingo, havia sido dispensado para acompanhar o nascimento de seu primeiro filho. O laudo foi elaborado no prazo legal e encaminhado à Delegacia de Polícia para ser juntado aos autos de inquérito policial. Com base no relato, assinale a alternativa correta.

- A) No processo penal, é nulo o exame pericial realizado por um só perito. *ε*
- B) A ausência de um dos peritos oficiais pode ser suprida por prova testemunhal. *ε*
- C) O exame de corpo de delito somente pode ser realizado em dias úteis. *ε*
- D) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados. *ε*
- E) Na ausência de um dos peritos oficiais, outras duas pessoas idôneas, mesmo não portadoras de diploma de curso superior, devem auxiliar na perícia técnica. *ε*

No curso de ação penal pública que apura a responsabilidade de réu paraguaio quanto à prática de tráfico de drogas na região de fronteira, promulgou-se nova lei processual exigindo que a tradução de interrogatório de réu estrangeiro seja realizada por dois intérpretes, enquanto a lei processual anterior exigia apenas um. Considerando isso, assinale a alternativa correta.

- A) Independente da regra, pode o magistrado optar em não realizar o interrogatório. *g*
- B) Se o interrogatório ainda não foi realizado, deverá sê-lo segundo a regra nova.
- C) Se o interrogatório ainda não foi realizado, deverá sê-lo segundo a regra antiga. *g*
- D) Se o interrogatório ainda não foi realizado, poderá sê-lo por quaisquer das regras.
- E) Se o interrogatório já foi realizado, deverá ser repetido seguindo a regra nova. *g*

Admite-se a possibilidade de contraditório diferido

- A) apenas no caso de prova pericial.
- B) nos casos de provas pericial e documental.
- C) apenas no caso de prova testemunhal.
- D) apenas no caso de prova documental.
- E) nos casos de provas pericial, documental e testemunhal.